

TRADUÇÃO DO ARTIGO: A INSEPARABILIDADE ENTRE LÓGICA E ÉTICA¹²

Autor: John Corcoran³

Tradutor: Décio Krause (UFSC)⁴
deciokrause@gmail.com

Tradutor: Pedro Merlussi (UFSC)⁵
p.merlussi@gmail.com

A lógica e a ética são muitas vezes consideradas como independentes, ou até de algum modo em oposição uma à outra. Mas diversos grandes lógicos, incluindo Aristóteles, Ockham, Bolzano, De Morgan e Russell, foram capazes de contribuições incisivas à ética, e de ações heroicas fundadas no *insight* ético. Do mesmo modo, muitos moralistas exemplares, incluindo Sócrates, Platão, Kant, Mill, Gandhi, e Martin Luther King, mostraram por seus ensinamentos e ações um profundo comprometimento com a objetividade, o valor ético que motiva a lógica e é beneficiada pela lógica. Este artigo explora o papel da lógica na ética e o papel da ética na lógica.

¹ Este artigo foi originalmente publicado com o título “The inseparability of logic and ethics” em *Free Inquiry* 9 (2), 1989, pp. 37-40.

² Recebida: 08-11-2012/Aprovada: 17-04-2013/Publicada on-line: 29-09-2013.

³ John Corcoran é Professor no Departamento de Filosofia da University at Buffalo, SUNY

⁴ Décio Krause é Professor Adjunto na Faculdade de filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

⁵ Pedro Merlussi é Mestrando na Faculdade de filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

É importante investigar a hipótese de que a ética do futuro tem de conceder à lógica um papel mais central e explícito. As conexões entre a ética e subjetividades irracionais têm de ser rompidas; a dignidade humana e o respeito mútuo podem ser baseados em larga medida no desejo universal pelo conhecimento objetivo.

Do mesmo modo, é importante investigar a hipótese de que a *lógica* do futuro tem de conceder à *ética* um papel mais central e explícito. Os princípios lógicos são importantes porque eles servem para objetivos éticos. A lógica é peculiarmente e essencialmente uma busca humana; as alegadas desconexões entre a lógica e o envolvimento humano têm de ser refutadas.

A caricatura da lógica como um jogo sem sentido de manipulação de símbolos e a caricatura da ética como uma racionalização de emoção cega têm de ser ambas expostas. A lógica e a ética são, de fato, inseparáveis, e ambas são beneficiadas pelo explícito reconhecimento de seu envolvimento recíproco.

OBJETIVIDADE

Aristóteles observou que todos os seres humanos por natureza desejam conhecer. Nossa atenção é assim direcionada para a objetividade, para a intenção de julgar de acordo com os fatos, sejam eles quais forem, se cumprem ou frustram as esperanças, se intensificam ou aliviam os medos, ou se são compatíveis ou incompatíveis com as crenças previamente aceitas. A objetividade envolve o que tem sido chamado de amor pela verdade, devoção à verdade, lealdade à verdade. Isso é reconhecido como um traço caracteristicamente humano que serve para unificar a raça humana. É ao

mesmo tempo uma virtude ética que requer cultivo. O objetivo primário da lógica é o cultivo da objetividade. A lógica visa conceitos, princípios e métodos que são úteis para julgar de acordo com os fatos.

Se os humanos fossem oniscientes ou infalíveis, não existiria lógica porque não existiria necessidade dela. Se eles fossem indiferentes à verdade ou não se interessassem por ela, novamente não haveria lógica porque não existiria desejo por ela e nenhuma motivação para desenvolvê-la. A condição humana é repleta de aspirações não realizadas e, talvez, até irrealizáveis. Aqui justapomos a ignorância humana e a falibilidade com a aspiração ao conhecimento.

Poder-se-ia dizer que a lógica começa com observações sobre esse hiato entre a realização e a aspiração. A crença não é necessariamente conhecimento. O sentimento de certeza não é um critério da verdade. Persuasão não é necessariamente prova. De fato, um dos problemas perenes em lógica é a perfeição do critério de prova, o desenvolvimento de testes objetivos para determinar, de uma dada argumentação persuasiva, se ela é uma prova genuína, se estabelece a verdade de sua conclusão. Mas ao lado da observação negativa de que os humanos não são nem oniscientes e nem infalíveis, existem as observações positivas de que o desejo de conhecer a verdade pode ser cumprido em maior medida do que o foi até agora, que é possível se aproximar do ideal ainda mais, e que a objetividade pode ser cultivada.

Os três fatos que iniciam a lógica – que os humanos não são nem oniscientes e nem infalíveis, que os humanos buscam o conhecimento, e que o progresso é possível – são três fatos que servem para reunir os humanos. É possível cooperar no objetivo, ao mesmo tempo nobre e prático, para superar a ignorância e a falibilidade tanto quanto possí-

vel. A objetividade automaticamente envolve cooperação e prevenção de enganos, sejam enganos de outros ou por outros, ou mesmo o autoengano. Dizem que as mentiras mais destrutivas são aquelas que dizemos a nós mesmos.

A objetividade, a qual envolve a intenção e a capacidade de decidir-se de acordo com os fatos, é uma virtude importante. Mas tomada individualmente, poderia parecer fria, alienante, e em certa medida até mesmo desumanizante – poderia até parecer entrar em conflito com outras virtudes e excluí-las. Mas essas aparências estão baseadas em vários erros.

É claro que ser objetivo requer ser não passional. Mas ser não passional não exclui ser apaixonado. Algumas das histórias mais comoventes do triunfo da objetividade envolvem pessoas que eram apaixonadas em sua dedicação à verdade e que foram levadas a sacrifícios pessoais heroicos para desenvolver e testar suas ideias. Ser imparcial não é o mesmo que estar desinteressado. Ser um observador imparcial não é o mesmo que ser um observador indiferente. Ser não passional e imparcial requer cuidado, concentração e energia; a dedicação apaixonada pela verdade pode fornecer essa energia.

Além disso, ser não passional não exclui ser compassivo. De fato, para a compaixão ser eficaz e benéfica, ela tem de ser acompanhada pela objetividade. Por exemplo, a prática da medicina é diversas vezes motivada pela compaixão pelo sofrimento humano, mas sem a objetividade, a tentativa de aliviar o sofrimento poderá ser frustrante. Em muitos casos, a compaixão e a objetividade reforçam-se mutuamente.

A compaixão não apenas não exclui, mas efetivamente exige objetividade, e esse não é um caso isolado. Todas as

virtudes são compatíveis com a objetividade, e a maioria delas, senão todas, exigem-na a fim de serem eficazes e benéficas. Sem a objetividade, as outras virtudes são impossíveis ou frustradas, ou pelo menos severamente restritas em eficácia. De fato, em muitos casos, os lapsos na objetividade tendem a transformar as outras virtudes em paródias, zombarias e perversões de si mesmas. As tentativas de fazer o bem sem a objetividade tendem a terminar num paternalismo insultuoso. “Justiça” sem objetividade é arbitrariedade. “Coragem” sem objetividade é temeridade. “Integridade” e “firmeza moral” sem objetividade tendem a se tornar teimosia obstinada e até mesmo fanatismo. Causas nobres sofreram embaraço por lapsos na objetividade de seus fervorosos defensores. Uma causa nobre pode sofrer os mesmos danos tanto por um defensor zeloso em excesso quanto por um detrator. Com amigos sem objetividade, uma causa não precisa de inimigos.

Objetividade é uma virtude bastante distintiva. Tendemos a valorizar pessoas por sua objetividade e a ficar desapontados e mesmo irritados com as pessoas quando elas têm lapsos evitáveis de objetividade. Quando há importantes decisões a serem tomadas ou trabalhos a serem feitos, tentamos nos cercar de pessoas conhecidas por sua objetividade, independentemente se desfrutamos da companhia delas por outras razões. Mas o que é ainda mais distintivo é que a objetividade dá origem tanto ao orgulho quanto à humildade. A objetividade dá a uma pessoa um sentido de valor próprio e dignidade. Pessoas se orgulham legitimamente de sua objetividade. Ao mesmo tempo, a objetividade torna as pessoas especialmente alertas com relação à sua própria falibilidade e por isso as inspira com um senso de humildade, cautela e modéstia.

Para se ter uma ideia de como a objetividade tende a unificar os humanos e a transcender diferenças acidentais tais como idade, sexo, raça, nacionalidade, religião e classe, apenas considere a cooperação internacional que há em matemática, ciência, tecnologia e, talvez o mais importante, direitos humanos. Quando as pessoas se focam em julgar de acordo com os fatos para alcançar um objetivo comum, as diferenças acidentais passam para um segundo plano. O que importa não é quem uma pessoa é ou mesmo no que ela acredita, mas, ao invés, como ela alcança aquelas crenças e quais atitudes ela tem diante daquelas crenças – em particular, se ela está pronta para ter aquelas crenças objetivamente examinadas.

CULTIVANDO A OBJETIVIDADE

Embora o desejo pela objetividade pareça ser universal e natural, o processo de se tornar objetivo requer habilidades e atitudes que muitas pessoas não consideram, logo de início, natural ou fácil de adquirir. Talvez a primeira habilidade seja aquela de propor uma hipótese, de estabelecer uma proposição para investigação. Há pouca dificuldade quando a proposição não é já acreditada como verdadeira e não é já acreditada como falsa. Nesse caso, raramente há qualquer resistência ao projeto de submeter a proposição ao exame e ao teste.

Os lógicos usam a palavra “hipótese” para referir à proposição que não é nem conhecida como verdadeira e nem conhecida como falsa pela comunidade relevante de investigadores. Eles também estendem esse uso, de modo que a palavra refira a uma proposição que é tomada, para os propósitos de raciocínio, *como se* ela não fosse conhecida nem

como verdadeira e nem como falsa. O sentido de propor uma hipótese é testá-la objetivamente, para examinar as evidências pro e contra, para avaliar criticamente as argumentações relevantes, para determinar se erros foram cometidos, para ver como ela enfrentará a investigação objetiva. O processo inicial de propor hipóteses tem sido chamado de “colocar entre parêntesis” (*bracketing*), de *suspensão de crença e descrença*, e como uma *dúvida metodológica*.

Quando as pessoas enganam a si mesmas sobre a cogência de seu processo indiciário, elas estão naturalmente com medo de ter suas próprias crenças submetidas à investigação. Mas mesmo pessoas sinceras que não têm experiência no processo tendem a considerá-lo como perigoso. Quando se “coloca entre parêntesis” uma proposição ou se estabelece uma hipótese, coloca-se de lado todas as concepções sobre a mesma, por mais bem estabelecidas que essas concepções possam parecer.

Numa comunidade aberta, toda tentativa para provar ou refutar uma proposição é ao mesmo tempo um “colocar entre parêntesis” da proposição. Toda tentativa de estabelecer uma hipótese é automaticamente um convite a que ela seja criticamente examinada. De fato, para seguir uma prova, é necessário colocar em dúvida a conclusão e ver que a prova remove a dúvida. Isso é parte do que se quer dizer quando dizemos que o conhecimento surge da dúvida.

A indisposição para se ter uma crença considerada como uma hipótese é diversas vezes um sinal de dogmatismo, de mente-fechada, e auto-decepção. Mas algumas vezes ela é simplesmente um reflexo de ignorância de metodologia lógica. Se uma proposição é verdadeira, seus adeptos não têm nada a perder ao terem-na examinada criticamente. Pelo contrário, eles têm muito a ganhar. Por outro lado, se uma

proposição é falsa, quanto mais cedo for reconhecida como tal, melhor. Impedir que uma proposição seja examinada criticamente não serve para quaisquer propósitos úteis.

Algumas vezes nós tememos de ir ao médico quando suspeitamos ter sintomas iniciais de uma doença. Às vezes tomamos coragem para encarar a verdade. Mas quanto mais claro é a uma pessoa o desejo último de conhecer a verdade, menos coragem é necessária para lidar com a questão.

Para uma comunidade de pensadores objetivos, qualquer tentativa de impedir que uma proposição passe pelo processo de teste desmerece aqueles que acreditam que ela é verdadeira. Impedir que uma proposição seja testada é visto como algo ruim, indigno e em última instância absurdo. Uma proposição que não é digna de teste não é digna de ser tomada seriamente.

Outra coisa que facilita a boa vontade para submeter as crenças ao teste é o conhecimento de princípios lógicos. Por exemplo, uma pessoa que não pode recorrer à prova para uma dada crença pode ficar com medo quando essa crença é levantada como uma hipótese. Esse é um sentimento similar ao que é encontrado quando uma pessoa não consegue dinheiro para pagar por uma refeição já consumida. Mas é claro que a analogia não se segue quando a pessoa está ciente dos princípios da prova. O *princípio fundamental da prova* pode ser afirmado grosseiramente como se segue:

A ausência de indício positivo por si só nunca é indício negativo conclusivo e a ausência de indício negativo por si só nunca é indício positivo conclusivo.

A princípio pode parecer que esse princípio entra em conflito com o *princípio do terceiro excluído*:

Toda proposição é verdadeira ou falsa.

Mas torna-se claro que não há tal conflito quando se percebe que há distinções entre aquilo que é *verdadeiro* e *provado como verdadeiro* e entre aquilo que é *falso* e *provado como falso*. Os *princípios da não-onisciência*, que incorporam essas distinções, são, em parte, como se segue:

Nem toda proposição é provada como verdadeira ou provada como falsa. Nem toda proposição verdadeira é provada como verdadeira. Nem toda proposição falsa é provada como falsa.

A ignorância do princípio fundamental da prova foi explorada por pessoas e grupos inescrupulosos. Uma pessoa inescrupulosa pode fazer uma acusação sem fundamento e, quando desafiada a apresentar indícios, tentar contornar a situação pedindo indícios em contrário, para dar a impressão de que a ausência de indícios em contrário é efetivamente indício em favor da acusação. Nos últimos anos, os fornecedores de produtos de consumo perigosos retardaram a rejeição de seus produtos ao usar táticas que exploram a ignorância do consumidor com relação ao princípio fundamental da prova. A indústria de tabaco tem tentado levar as pessoas a acreditar que os cigarros são seguros ao reiterar que os cientistas têm sido incapazes de provar conclusivamente que fumar provoca várias doenças.

A pesquisa imparcial pela verdade tende a apresentar o melhor nas pessoas. O estudo da lógica, não como um sistema de regras externas, mas como uma tentativa intensamente pessoal para ser objetivo quanto à objetividade, contribui para essa pesquisa. Por outro lado, a tentativa de defender crenças pré-concebidas por quaisquer meios necessários, mesmo a coerção e a decepção, tende a trazer o pior nas pessoas.

O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO

Em lógica, a palavra “prova” e seus cognatos são usados em sentido estrito. Uma prova de que uma proposição é verdadeira efetivamente estabelece que ela é verdadeira; tal prova produz conhecimento objetivo da verdade de sua conclusão. A mesma coisa se sustenta, com as mudanças óbvias, para a prova de que uma proposição é falsa.

O método hipotético-dedutivo é diversas vezes anterior à prova e algumas vezes ele efetivamente resulta em prova. A forma mais simples desse método de investigação consiste em estabelecer uma hipótese e ver quais proposições podem ser deduzidas dela e também quais proposições que a podem deduzir. O objeto, é claro, é determinar o que mais seria verdadeiro se a hipótese fosse verdadeira e o que mais, sendo verdadeiro, explicaria a verdade da hipótese – em outras palavras, descobrir o que seria explicado pela hipótese sendo verdadeira e o que serviria para explicar a hipótese sendo verdadeira. Em suma, duas questões são feitas.

Quais são as consequências lógicas da hipótese?

A hipótese é uma consequência lógica de quê?

As pessoas que não estão acostumadas a usar esse método diversas vezes ficam encantadas com a clareza que ele possui e como muitas coisas vêm à luz quando ele é usado. Totalmente à parte do fato de que o método hipotético-dedutivo algumas vezes leva à prova, ele é útil em cultivar a objetividade porque leva a um melhor entendimento da hipótese na qual ele produz conhecimento do que se espera se a hipótese fosse verdadeira e do que resultaria na hipótese. Se a afirmação da hipótese é ambígua, esse processo diversas vezes esclarece a ambiguidade e fornece sugestões para revisões. Se a hipótese é vaga, esse processo pode iden-

tificar a vagueza e fornecer sugestões para torná-la mais nítida.

Como esse método pode levar à prova ou à refutação? Há várias possibilidades, duas das quais serão aqui consideradas.

Primeiramente, imaginemos que da hipótese nós deduzimos uma proposição que já foi conhecida como sendo falsa ou que foi subsequentemente determinada como sendo falsa, digamos, por experimento. Nesse caso temos uma refutação da hipótese, uma prova de que a hipótese é falsa. Isso é assim na perspectiva do seguinte princípio:

Toda proposição que implica uma proposição falsa é falsa.

Esse é o familiar *princípio da consequência falsa*, que é a base de muitos pensamentos produtivos. Ele é o princípio diversas vezes usado para exonerar réus inocentes e, mais geralmente, para rejeitar hipóteses falsas.

Há, é claro, muitos outros modos nos quais o conhecimento desse princípio leva ao cultivo da objetividade. Por exemplo, ao focar sobre o princípio da consequência falsa, lembramos do fato de que uma proposição é falsa se mesmo uma de suas consequências é falsa, e que uma pessoa que faz uma asserção é tão responsável para cada uma das consequências da asserção quanto para a própria asserção. Isso deveria levar uma pessoa objetiva a ser um pouco mais cuidadosa e a fazer algumas deduções antes de fazer uma asserção.

Em segundo lugar, imaginemos que tenhamos deduzido a hipótese de uma proposição que já era conhecida como sendo verdadeira ou que foi subsequentemente determinada como sendo verdadeira. Neste caso, temos

uma prova da hipótese na perspectiva do seguinte princípio:

Toda proposição implicada por uma proposição verdadeira é verdadeira.

Esse é o familiar *princípio do implicante verdadeiro*, também conhecido como *princípio da verdade e da consequência*. Esse princípio também é a base para muito pensamento produtivo. Ele forma a base para o raciocínio empregado no desenvolvimento axiomático dos vários ramos da matemática e está envolvido no entendimento da prova matemática, que é um tipo de padrão ideal para medir as argumentações que ficam aquém da prova matemática.

PROVA

Para discutir o conceito de prova, é útil ter um típico exemplo em mente. Considere a prova Euclidiana do Teorema Pitagórico. Seu conjunto de premissas consiste de axiomas e definições para geometrias planas, que geralmente são conhecidas como sendo verdadeiras pela audiência. Sua conclusão é o Teorema Pitagórico. Sua cadeia de raciocínio estende-se sobre diversas páginas e incluiu mais de 40 teoremas intermediários, e suas passagens finais envolvem uma receita inteligente para dividir o quadrado da hipotenusa em duas partes, cada uma das quais adjacentes a um lado do triângulo e cada um igual ao quadrado sobre o lado adjacente. Para essa prova ser conclusão a uma dada audiência, é necessário que as premissas sejam conhecidas como verdadeiras pela audiência. Não há qualquer maneira para basear o conhecimento sobre premissas que não são conhecidas como sendo verdadeiras. Quando a audiência não tem conhecimento das premissas, dizem que a argumenta-

ção é circular ou uma argumentação que comete a falácia da suposição não-garantida. Mas o fato da prova ser conclusiva também requer que a cadeia de raciocínios torne claro que o indício é suficiente, que o conjunto de premissas efetivamente implica a conclusão. Quando falta isso, diz-se que a argumentação é um *non sequitur* ou uma argumentação que comete a falácia do raciocínio inadequado.

A principal ideia aqui é o fato familiar de que toda a prova tem três partes: uma conclusão, um conjunto de premissas e uma cadeia de raciocínio. Normalmente a cadeia de raciocínio é de longe a parte mais longa. Numa prova, a cadeia de raciocínio mostra que a conclusão é implicada pelo conjunto de premissas. A cadeia de raciocínio por si não mostra que a conclusão é verdadeira, mas apenas que é implicada pelo conjunto de premissas. Para a conclusão ser reconhecida como verdadeira por meio da cadeia de raciocínio, a pessoa que faz o reconhecimento tem já de ter verificado que as premissas de fato são verdadeiras.

As mesmas considerações aplicam-se na argumentação que está aquém da prova matemática. É necessário estabelecer as premissas – em outras palavras, certificar-se de que o que é alegado como sendo indício é provável como ela se estabelece sem considerar para o que se supõe que seja um indício. Além disso, e essa é uma questão inteiramente diferente, é necessário estabelecer que o que é alegado como sendo indício para a conclusão é suficiente para implicar a conclusão. Se isso não é assim, então a conclusão não é provada, mesmo se o indício alegado fosse correto. Em resumo, há duas coisas para checar: saber se o indício alegado é provável, e saber se a cadeia de raciocínio torna claro que o indício alegado, se verdadeiro, garantiria a aceitação da conclusão.

O raciocínio falacioso de premissas garantidas não é melhor do que um raciocínio cogente de premissas não-garantidas. Em muitos casos de má argumentação, as pessoas gastam suas energias disputando as premissas quando um exame superficial do raciocínio derrubaria a argumentação como um castelo de cartas.

Há duas artes envolvidas na prova. Há a arte de produzir ou descobrir a prova (uma arte *heurística*), e a arte de reconhecer provas (uma arte *crítica*). Esta arte crítica traz-nos de volta ao problema dos critérios perfeitos de prova. Para uma argumentação ser uma prova de uma dada conclusão para um dada audiência, é necessário que a argumentação seja bem-sucedida em persuadir a audiência em favor da verdade da conclusão. Mas a persuasão não é suficiente, e critérios são necessários para prevenir a decepção e o erro. Se uma pessoa está criando uma prova ou avaliando criticamente uma argumentação oferecida como uma prova, o princípio-guia subjacente é a *regra de ouro da prova*.

Argumente aos outros do modo como você gostaria que eles argumentassem a você.

Quando você produz uma argumentação e você se pergunta se ela é uma prova, pergunte a si mesmo se você acharia isso aceitável se um adversário respeitado a oferecesse a você. Do mesmo modo, quando uma argumentação lhe é oferecida como uma prova e você se pergunta se deveria aceitá-la, pergunta-se se você a ofereceria a um adversário respeitado e se você poderia estar por traz disso.

CONCLUSÃO

Na discussão acima, revisamos apenas poucas facetas da inter-relação e interdependência da lógica e da ética. Vimos

que a prática ética envolve a lógica na medida em que as outras virtudes requerem a objetividade para ser efetiva e benéfica, e em alguns casos mesmo para sua existência variada ou realização. Não houve, infelizmente, qualquer lugar nessa curta discussão para explorar o papel da lógica na teoria ética. A importância da consistência e dos critérios de consistência na teoria ética não foi mencionada, nem foi o papel da lógica na análise dos conceitos e proposições éticas.

Um dos pontos mais importante é aquele que é diversas vezes ignorado e que pode não ter sido tratado antes, na medida em que foi tratado aqui. Tenho em mente o fato de que a lógica pode ser vista como uma tentativa em curso, imperfeita, incompleta, e uma tentativa essencialmente frustrada em cultivar a objetividade, para descobrir princípios e métodos que contribuem ao entendimento e à prática da objetividade, que é uma virtude ética que está ao lado da bondade, da justiça, honestidade, compaixão, etc., e que é caracteristicamente humano no sentido de que uma entidade onisciente ou infalível não teria qualquer uso para a objetividade e nenhum uso para a lógica. A lógica é uma ciência humana e humanística; ela é uma das ciências humanas no sentido do renascimento.